A SALA DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO (SAPE) E CONSIDERAÇÕES SOBRE ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

SEVERINA ENEIDA DA SILVA

RESUMO
A inclusão social é vista como um movimento que busca criar uma sociedade baseada em novos conceitos, focando no direito de todos os indivíduos interagirem socialmente e participarem em variados contextos. Isso tem gerado uma série de debates em diferentes setores da sociedade. O aspecto fundamental desse processo é reconhecer as variadas diferenças culturais, sociais, individuais, econômicas, políticas e religiosas, entre outras. Isso resulta em um grande desafio que envolve a necessidade de pensar sobre as diferentes adaptações que devem ser feitas para garantir igualdade de oportunidades para todos. Essa discussão leva a questionamentos sobre a função da educação em trazer mudanças de diferentes tipos. Num sentido mais amplo, a educação deve se concentrar em possibilitar o desenvolvimento humano integral, o que implica tornar acessíveis os bens tanto materiais quanto imateriais disponíveis na cultura, permitindo que os indivíduos se apropriem deles para promover transformações, especialmente no campo educacional. Atualmente, o espaço destinado a recursos faz parte dos Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (Brasil MEC/SEESP, 2001) e, como um apoio, desempenha um papel crucial na aplicação do ensino inclusivo, pois se configura como uma forma de atendimento educacional que complementa ou suplementa o suporte dado na educação regular.
Palavras chaves: Inclusão Social, Políticas Educacionais, sala de apoio, Adaptação curricular.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconheceu o direito à educação como direito fundamental, enquanto necessidade social básica ao pleno

desenvolvimento humano, e, ao mesmo tempo, estabeleceu responsabilidade pela promoção e incentivo ao Estado, à família e à sociedade. Tal regime de responsabilidade igualmente se entende à inclusão da pessoa com deficiência, que possui direito a um atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino, pública ou privada. O discurso da falta de capacitação dos profissionais, o medo, a desinformação, a ignorância a falta de sensibilidade e, sobretudo, a falta de crença na inclusão por parte da rede de ensino e, principalmente, por algumas famílias das crianças e adolescentes que convivem em sala de aula com uma pessoa com deficiência.. As experiências bem e mal sucedidas precisam ser associadas a esse conhecimento desenvolvido e em desenvolvimento, e somente a implementação de uma política inclusiva, corajosa e responsável pode gerar a reconstrução de um novo pensamento.

O processo de educação inclusiva pressupõe, acima de tudo, predisposição ao novo desafio e, ao mesmo tempo, para transformar o tempo no seu maior aliado e não no seu pior inimigo, justamente porque somente o tempo gera amadurecimento necessário à convivência com as diferenças, à construção da tolerância recíproca e à ruptura com o preconceito.

Tendo em vista esses pressupostos, este trabalho foi realizado a partir da visita realizada em uma sala SAPE– Sala de Apoio Pedagógico Especializado de uma escola estadual, observando como a educação se dá nesse espaço e de que forma à prática da docente pode nos inspirar na possibilidade de realizar uma educação inclusiva para todos.

1- BREVE ABORDAGEM SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

Para entendermos sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva e qual a sua importância na nossa sociedade, é necessária uma pesquisa mais detalhada sobre Educação e Leis no Brasil. Então, primeiramente falaremos do percurso da história da educação do Brasil a partir da LDB:

O direito das crianças com deficiência de terem acesso à escola regular foi reafirmado na Declaração de Salamanca, firmada durante a Conferência Mundial de Educação

Especial, realizada pela ONU, em 1994. No Brasil, estes princípios foram ratificados, em 1996,

através da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional Lei nº 9.394, que define a educação especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais. (BRASIL. MEC, 2006, p.34).

Desta maneira, a educação inclusiva determina que as escolas se ajustem a todas as crianças, sejam quais forem suas necessidades, é um direito garantido por lei, que assegura a todos os cidadãos. Importante tanto para a escola quanto para sociedade, pois é através da educação e do respeito ao próximo que poderemos evoluir e conviver numa sociedade harmonicamente, com deveres e direitos iguais para todos. E quando se fala em igualdade trata-se de um assunto muito delicado, por englobar várias abordagens, acessibilidade, mobilidade, diversidade etc. A inclusão é mais do que simplesmente ter um aluno com necessidade especial na sala de aula, sem ter que se preocupar com sua formação e principalmente com seu estado de saúde, uma pessoa com necessidade especial é uma pessoa que necessita de um cuidado especializado. Por isso, os professores devem saber de todos os cuidados necessários, respeitando e incluindo de forma absoluta para seu desenvolvimento pleno sem discriminação. Segundo Mantoan (2015, p. 59) para a escola ser inclusiva:
"é necessário, sobretudo, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para levar uma vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras".

Portanto, se a educação é direito de todos, assim, a Educação Especial também está incluída nesta concepção. Pois, é nesta perspectiva que a Secretaria da Educação (MEC), implementa diretrizes e serviços de Atendimento Educacional Especializado para garantir o direito aos alunos com PcD do ensino regular. E assim, proporcionar uma educação sem discriminação, num ambiente de acolhimento e sem preconceito. E para entender mais sobre a Educação Especial e Deficiência Mental ou/ Deficiência Intelectual, as autoras Batista e Mantoan (2007) explicita o conceito de deficiência conforme a Constituição Brasileira,

A Convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1ª define deficiência como [...] "uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de
exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou
agravada pelo ambiente econômico e social". Essa definição ratifica a deficiência como uma situação. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 14)

Segundo as autoras é difícil de entender e diagnosticar a "deficiência mental" ou "doença mental" em crianças pequenas em idade escolar. Assim, as autoras explicitam que, o diagnóstico da deficiência mental não se esclarece por supostas categorias e tipos de inteligência. Teorias psicológicas desenvolvimentistas, como as de caráter sociológico, antropológico têm posições assumidas diante da deficiência mental, mas ainda assim não se conseguiu fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 14)
Todavia para entendermos mais amplamente a Educação Especial e o atendimento educacional especializado temos as especificidades sobre o assunto no Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, citaremos alguns itens que decreta qual é o dever do Estado com a educação das pessoas deficientes, entre outros,
Art. 1º. O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:
I- garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade;
IV- garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades in-

dividuais;
VII- oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
Art. 2º. A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL.MEC, 2011)

E assim, conforme Pletsh (2009) o conceito de deficiência é um construto ao longo do tempo, pois na idade antiga, a sociedade espartana reconhecia como legítimo o extermínio dos deficientes, uma vez que não admitia a sua condição humana. Somente com a propagação do cristianismo que parou os tratamentos violentos, e então, a sobrevivência dos deficientes

ficou garantida pela caridade. Segundo Pletsh (2009, p. 76) apud (PESSOTI, 1984) eles não foram mais abandonados ou eliminados, e receberam "status" de humanos, provenientes de Deus, agraciados por terem uma "alma".
No entanto, conforme a autora apud (PESSOTI, 1984) com todas essas concepções sobre deficiência, permanecia a noção teológica e a ambivalência entre a "caridade--castigo e segregação-proteção", e com essa concepção na aquisição católica os deficientes eram vistos como culpados e tinham que morrer para purificar a alma. Então, os deficientes eram torturados ou até queimados vivos, aqueles deficientes considerados hereges.
A autora menciona que somente no século XVI, essa visão teológica ou moral passou a ser questionada, por relacionar essas questões com superstições sociais e religiosas, cogitando-se que a deficiência tinha origem orgânica. No entanto, somente no século XIX, houve uma mudança significativa para os deficientes, depois do trabalho do médico Jean Itard, e assim a autora explicita que, - o médico Jean Itard (1774-1838) — é considerado o primeiro teórico de educação Especial — com o menino Victor de Aveyron, conhecido como "menino selvagem", as pessoas com deficiência mental foram consideradas passíveis de serem educadas. A metodologia de Itard se baseava numa visão empirista do conhecimento. (PLETSH 2009, p. 77).
Segundo Pletsh (2009, p. 77), depois dos estudos com o médico Jean Itard, outras contribuições importantes surgiram na área da Educação Especial. Então, foram desenvolvidos vários métodos e atividades para trabalhar com os deficientes mentais. E assim, o trabalho do médico Jean Itard influenciou várias pessoas da época como, Pestalozzi (1746- 1827), Fröebel (1782-1852) e Montessori (1870,1925).
Conforme Pletsch (2009), o progresso realizado por Itard, Séguin e outros, fez surgir novos métodos importantes sobre educabilidade de deficiente. Assim como foi desenvolvido por Alfred Binet quando introduziu o uso das medidas de QI, então, a partir de Binet, o estudo científico da deficiência mental ganhou espaço. A autora menciona que no Brasil, a AAMR (Associação Americana de Retardo Mental), passou a ser questionada pelos teóricos (OMOTE, 1980, 1994, 1999; RIBAS, 1993; AMARAL, 1992, 1994,
1997; GLAT, 1985, 1995, 1998; MATTOS, 2004, entre outros) que discutiam a

deficiência como uma construção social. Pois, a AAMR, o sujeito era analisado com base em resultados psicométricos, sem considerar o contexto social.
Assim, conforme Pletsh (2009, p. 80) a "deficiência é compreendida como um fenômeno complexo a partir do entrelaçamento dos aspectos biológico e sociocultural".
Segundo Pletsh (2009, p. 81) analisando nessa perspectiva a relação entre o biológico e o sociocultural que menciona a importante contribuição de Vygotski (1997) para o atendimento à pessoa com deficiência mental. Para o autor tanto existe a deficiência primária, que engloba os aspectos orgânicos, enquanto a secundária, não está ligada diretamente aos aspectos primários, mas traduz as limitações geradas por aquelas. Assim, Vygotsky explicita que,

As causas orgânicas inatas não atuam por si mesmas (...) [elas] não diretamente, mas de forma indireta por meio da redução da posição social da criança que elas provocam. (...) a criança não sente diretamente sua deficiência. Percebe as dificuldades que derivam

da mesma. consequência direta do defeito [lê-se deficiência] é rebaixamento da posição social da criança; o defeito se realiza como desvio social.(VYGOTSKI, 1997, p. 18).

Para Pletsh (2009) com base no entendimento da deficiência mental ela só pode ser compreendida através das condições socioculturais. E a autora menciona que no decorrer do tempo ocorreram várias mudanças de nome com relação à deficiência mental, porém a AAMR continua usando deficiência mental. E mesmo com a troca de nomes, de deficiência mental para deficiência intelectual, percebe que não mudou nada as concepções "estigmatizantes" acerca das pessoas com deficiência mental.
Segundo Pletsh (2009, p. 83, 84) a AAMR (2206) define cinco dimensões que dizem respeito a diferentes aspectos do desenvolvimento da pessoa com deficiência mental, sendo elas: Dimensão I– Habilidades intelectuais; Dimensão II Comportamento adaptativo; Dimensão III- Participação, interações e papéis sociais; Dimensão IV– Contexto e Dimensão V– Saúde. Conforme Pletsh (2009, p. 85) o sistema de apoio proposto pela AAMR é constituído por duas modalidades: naturais e de serviço. Portanto, a primeira se refere ao recursos e as estratégias usadas pelo próprio sujeito e

familiares, com base na realização de atividades da vida diária. E a segunda, ou seja, a de serviço, está baseada nos recursos e estratégias usadas no desenvolvimento da pessoa com deficiência, utilizada pelos profissionais da saúde, da educação e do apoio da assistência social. Assim, "em suma, esse sistema de apoio refere-se aos recursos e às estratégias usados para favorecer o desenvolvimento, a autonomia, a integração e a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência mental".
Entretanto, a autora destaca que esta concepção é baseada na teoria ecológica de URIE BRONFENBRENNER (1979), que envolve, pelo menos, três níveis diferentes. Assim como:
a) Microssistema; b) Mesosistema e c) Macrossistema. E assim, para a autora essas avaliações dos apoios a serem disponibilizados ao deficiente mentalsão bastante significativas para seu desenvolvimento.
Segundo a autora a intensidade dos apoios varia e, portanto, vai depender da situação, assim a autora explicita que, - nem todas as pessoas com deficiência mental apresentam o mesmo nível de desenvolvimento, nem tampouco se comportam da mesma maneira, ou mesmo apresentam as mesmas necessidades educacionais (FONTES,PLETSCH, BRAUN & GLAT, 2007).

Por isso, os apoios podem variar tanto na duração quanto na intensidade. Para tal, a AAMR (2002) sugere quatro tipos de apoios:
a) Apoio intermitente — utilizado esporadicamente quando necessário, em fases de mudanças bruscas na vida da pessoa e/ou situações específicas de aprendizagem, como por exemplo, o ingresso do aluno da classe regular.
b) Apoio limitado — oferecido por tempo limitado para o ingresso na escola e no mercado de trabalho, por exemplo.
c) Apoio extensivo — oferecido de forma periódica e regular, podendo se estender sem limitação de tempo para determinados ambientes, como a escola, o trabalho ou a casa, ou para adaptação no campo profissional.
d) Apoio pervasivo ou generalizado — constante e intenso, disponibilizado em todos os ambientes durante toda a vida; em geral, é realizado por uma equipe de diferentes profissionais. (PLETSH 2009, p. 87)

Portanto, todo apoio disponibilizado é significativo para os indivíduos com deficiência mental, para que haja um desenvolvimento de aprendizagem e de integração social, e que esses recursos possibilita os indivíduos a frequentar uma escola de ensino regular, e que também, ocorra condições importantes de aprendizagem, e que esse indivíduo tenha seu espaço reconhecido pelos profissionais e pedagogos como indivíduos educáveis, que merece atenção e

cuidado, e que sejam devidamente acolhidos num ambiente confortável e sem preconceito.
A escola a qual escolhi visitar é a sala SAPE– Sala de Apoio Pedagógico Especializado 1 é uma escola da rede estadual localizada na

região periférica do município de Guarulhos no bairro Jardim Bela Vista. A escola atua nos três períodos: manhã, tarde e noite. No período da manhã atende-se a modalidade do Ensino Médio: 1ª, 2ª e 3ª séries e uma sala do 8º ano e quatro do 9º ano correspondente ao Ensino Fundamental II.

Ainda no período da manhã ocorrem às aulas da sala SAPE bem como os projetos "Mais Educação 2 " com aulas de leitura, artesanato, futsal e dança. A Tarde somente séries do Ensino Fundamental II do 6º ano ao 9º ano. No período da noite consta com as séries do Ensino Médio: 1ª, 2ª e 3ª séries junto com a modalidade EJA– Educação de Jovens e Adultos, somente para o Ensino Médio: 1ª, 2ª e 3ª séries.

A escola fica próxima de pelo menos três comunidades, portanto os alunos que lá frequentam são dessas comunidades e também os alunos que residem próximos a intermediações da escola. Dessa forma, são alunos em situação de pobreza, alguns entre eles, em extrema carência e em situações de vulnerabilidade. A relação que a escola tem com a comunidade escolar aparentemente é regular, não se percebe grandes conflitos, em geral a escola consegue realizar junto aos alunos os conteúdos propostos e a realização de alguns projetos como a festa dos dias das crianças e uma feira de profissões a ser realizada ainda. A escola há três anos constitui o grêmio estudantil que atua grandemente nas realizações de eventos nas escolas, como os citados acima, e também na realização do show de talentos e da festa do halloween (uma megaprodução que fazem). Porém percebe-se a falta de um engajamento mais político de toda a comunidade escolar para assuntos atuais que podem afetar as suas vidas acadêmicas tanto por parte do grêmio estudantil e dos alunos como a dos professores e, também, da gestão.

O seu corpo docente é formado por professores efetivos, estáveis, contratados e eventuais nos três períodos. Tem uma professora específica para a sala de leitura para desenvolver projetos específicos que envolva a leitura, bem como uma professora efetiva em Educação Especial.

2- CONSIDERAÇÕES SOBRE A SALA SAPE

A sala SAPE- Serviço de Apoio Pedagógico Especializado se refere ao atendimento especializado, em horários programados de acordo com as necessidades dos alunos, e, em período diverso daquele que o aluno frequenta na classe, da própria escola ou de outra. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos com o mesmo tipo de necessidade especial.

Esta classe, necessariamente, precisa ser regida por um Professor Especialista e que tenha a concepção e tratar o aluno de maneira natural, não adotando atitudes superprotetoras, infantilizadas ou de rejeição. Preocupa-se em respeitar sua idade cronológica oferecendo atividades compatíveis incentivando a autonomia nas realizações delas.

Sendo assim, para a Professora Reni, é muito importante estabelecer objetivos, conteúdos, metodologia e temporalidade de acordo com a necessidade do aluno.

Em ocasiões em que nem consegue alcançar o que planejou, mas já lhe alegra o fato de o aluno desenvolver em partes o que lhe foi proposto. Às vezes os objetivos são alcançados, outros não, mas na educação especial é assim é necessário tempo para que eles aprendam, e esse tempo é diferente para cada um.

Para tanto é necessário dividir as instruções em etapas, olhando nos olhos dos alunos; respeitar o ritmo de aprendizagem oferecendo desafios constantes, repetir as instruções e as atividades em situações variadas de forma diversificada.

Para isso, ressalta a professora, que é de fundamental importância, dentro de uma sala SAPE, estabelecer regras junto com o grupo de alunos, procurando ressaltar as qualidades de cada, como também, determinar uma rotina para os alunos. Ainda nos alerta da necessidade, de primeiro, reforçar os comportamentos adequados, como se sentar reto na cadeira, colocar as duas mãos em cima da mesa, utilizar os materiais de apoio, entre tantos outros para que então possa ocorrer o processo de ensino aprendizagem.

No entanto, o professor não pode perder de vista que ele é o referencial da classe e que possui o status de autoridade máxima perante os alunos. Essa autoridade se dá pelo fato de ser o professor e por ser o adulto diante das crianças.

Porém, tal autoridade e referência se constroem no dia a dia da sala SAPE, quando os alunos irão respeitá-los à medida que são respeitados por ele. Na rede estadual de ensino de São Paulo cabe ao professor especializado em deficiência intelectual realizar a avaliação pedagógica dos alunos e esses são indicados pelo professor da sala comum. Para essa indicação de avaliação, o professor do ensino comum pode observar sinais que auxiliarão a identificar se aluno possui características de DI sendo, portanto, candidato a frequentar.

A professora da sala SAPE nos destaca algumas observações: Dificuldade de compreensão, análise e síntese e retenção das informações; Dificuldade de explorações espontâneas; Dificuldade em aprender (válida somente quando o professor esgotou todos os recursos e estratégias e o aluno não aprendeu); Dificuldade para utilizar e relacionar informações; Dificuldade em resoluções de problemas (solução própria da faixa etária); Dificuldade de compreensão de comandas; e Dificuldade em expressar de maneira lógica ideias e pensamentos.

A professora ressalta que, pedagogicamente, as características listadas não devem ser consideradas de forma isolada, sendo preciso que haja combinação de algumas delas, por isso, para que um aluno seja caracterizado como tendo deficiência intelectual, é preciso que haja um processo de observação rigoroso, com registros periódicos e o auxílio do professor especializado. O contato com a família do aluno é primordial, para que se conheça a realidade na qual ele está inserido e fatos relevantes de sua história. Para a professora é de suma importância para efetuar esse parecer realizar novas sondagens, avaliações, observações e a Anamnese como responsável. A partir desses procedimentos é possível certificar se o aluno apresenta DI junto com o corpo docente, caso sim, este aluno será inscrito na sala SAPE.

E, caso necessário, também será encaminhado para um especialista da saúde como psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, entre tantos outros. Sendo assim, para ser inserido na sala SAPE não é necessário um laudo médico, somente a avaliação pedagógica, conforme consta na Resolução SE 11.

Portanto, caso o aluno apresente distúrbios de aprendizagem como dislexia e discalculia ele não é considerado DI e deverá
ser encaminhado para um especialista da saúde para avaliação e tratamento.

3- RELATO DA VISITA– Olhar Sobre o Processo de Ensino e Aprendizagem

A sala SAPE foi visitada no dia 17 de Outubro de 2016, tem seu atendimento especializado em alunos com Deficiência Intelectual (DI), segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), se caracteriza por uma redução significativa da habilidade de entender informações novas e complexas e de desenvolver novas habilidades.

Sendo assim, uma capacidade reduzida de viver de forma independente (socialização) que se inicia antes da fase adulta, devido ao tempo maior para o desenvolvimento de algumas habilidades.

Outra questão é a compreensão da expressão necessidades educacionais especiais que envolve, além desse contexto mais amplo, as dificuldades e habilidades do aluno. Há de se romper com o modelo médico que apenas prioriza os déficits, no qual a palavra-chave é o não: não sabe ler, não é capaz de fazer cálculos, não controla seus movimentos, não se relaciona bem com os colegas, enfim, todo o seu desenvolvimento é descrito na perspectiva da ausência de habilidade. O desafio reside justamente em possibilitar condições para que o futuro docente vivencie situações que lhe permita reconhecer as habilidades dos alunos, pois é com base nesse reconhecimento que se pode planejar e intervir junto a eles, propondo atividades que facilitem o seu avanço.

“É no encontro do aluno com a escola que suas reais necessidades educacionais se apresentarão e deverão ser identificadas e atendidas apropriadamente, tanto as comuns como as especiais” (MAZZOTTA, 2010, p.82).

Complementa que esse encontro é essencial ao considerar que as necessidades são “mediatas”, decorrendo da interação entre o

meio físico e social, contrariamente a uma compreensão que as vinculam ao imediatismo, ao intrínseco. (LOURENÇO, 2013, P.70).

No entanto, cada caso é um caso, assim como a Professora Reni disse, é sempre um desafio profissional, e não há método único capaz de auxiliar todas as crianças e familiares. Além do suporte técnico profissional, são de vital

importância os suportes familiar e social, assim como a inclusão da criança com DI na sociedade.

Assim nos faz lembrar-se de um de seus alunos que aprecia por de mais a matemática, já vai à escola, sozinho, de ônibus, pois já sabe identificar a numeração dele, e ainda, aos sábados trabalha em uma feira livre.

A professora nos relata um pouco sobre o porquê de alguns alunos terem DI, um dos seus alunos deve paralisia cerebral na infância, outro por causa da má alimentação na infância, principalmente no período escolar. Ou seja, vai além de questões meramente biológicas e/ou genéticas. A criança pode estar sujeita a fatores adversos, que agravam a condição mental. Entre os fatores mais comuns estão a negligência familiar, traduzida pela falta de contato com os pais, não interagindo com ela, deixando a criança por horas a fio na frente da TV, criança sozinha sem receber nenhum estímulo. Também a superproteção familiar em função dos cuidados que a criança requer no passo a passo de seu desenvolvimento.

Umas de suas alunas, segundo a professora, têm grandes habilidades manuais muita caprichosa e detalhista, sugeriu que ela fizesse um curso de manicure para ela ganhar o dinheirinho dela, disse que até compraria os materiais necessários para ela fazer, até indicou um lugar onde o curso é de graça.

Mas a menina fica o dia inteiro, e todos os dias, na rua quando não está na escola. Essa aluna tem 13 anos de idade, estuda na mesma escola no 8º ano do Ensino Fundamental II, mora com o pai e com os irmãos, a mãe faleceu. Segunda a professora a única da família que acompanhava a menina, acredita que se a mãe estivesse viva ela já estaria fazendo o curso. Infelizmente ela fica largada, o pai não se importa muito.

Um dos alunos que ela relata, e diz ser o seu tesouro, nos conta que todos os irmãos dele foram alunos dela, mas esse é diferente de todos os outros. Diz que ele já evoluiu muito, já desenvolveu algumas habilidades de escrever que com os irmãos ela não conseguiu. Ela nos diz isso para referenciar que ele veio de uma escola pública do município de Guarulhos, onde as escolas municipais oferecem café da manhã e almoço. Os irmãos não, eles sempre estudaram em escola estadual desde o primeiro ano do Ensino Fundamental I, que oferecem merenda no horário de aula e nem sempre é

almoço, às vezes é bolacha, bolo, mingau, entre tantas outras coisas. Portanto o desenvolvimento dele tem um fator importante que é a alimentação.

Entende-se aqui que a participação da família é de suma importância para o desenvolvimento das crianças com DI. Porém a atuação colaborativa com familiares requer uma participação que ultrapasse as ações restritas às reuniões escolares bimestrais e eventuais comemorações.

Os familiares, além de contribuírem para esclarecer sobre o percurso da criança, são pessoas que podem dar continuidade às ações introduzidas na escola em seus lares. Essa participação é fundamental considerando-se que, na perspectiva da inclusão, os fenômenos são compreendidos numa dimensão ampla que envolve particularidades sociais, econômicas e culturais para além da visão direcionada predominantemente pelo desenvolvimento biológico.

Conforme Santos (1999, p. 3), os laços devem se pautar em parcerias e na reciprocidade, muito além das cobranças e culpabilização:

Trata-se de tentar fazer com que a família se perceba como participante do processo educacional, porque pode contribuir com aspectos fundamentais quando a criança se encontra em casa, sem no entanto, substituir a escola e assumir o papel de professor de seu próprio filho, ou de provedor único das alternativas educacionais, psicológicas e sociais para seus filhos, nos casos de maiores dificuldades. (apud. LOURENÇO, 2013, p. 68)

Para tanto, ainda conforme a autora (1999, p. 6):

A escola, por sua vez, precisa abrir suas portas às famílias, de fato (e de direito). Não alimentando uma relação hierárquica e autoritária, fazendo papel de juiz ou cobrador, da família. Mas ampliando cada vez mais oespaço verdadeiro da participação, dividindo seu conhecimento sobre acriança com a família, respeitando o desejo desta e auxiliando está a se informar para crescer numa relação de maior igualdade. (apud. LOURENÇO, 2013, p. 29)

Segundo Lourenço (2013), a aprendizagem cooperativa considera que o aproveitamento da heterogeneidade do alunado é uma condição importante. Uma atenção especial é direcionada para a organização da sala. Os alunos, em pares e pequenos grupos, enfrentam desafios e compartilham informações, conhecimentos e dúvidas, quando estimulados. Na vivência com o coletivo, a criança encontra diversas possibilidades de aprendizado com o outro e com as diferenças.

4- SOBRE A PROFESSORA ESPECIALISTA

A professora da sala SAPE considera que o curso de magistério contribuí, e muito, para a realização do seu trabalho na Educação Especial, pois foi nesse momento que ela aprendeu que cada aluno tem suas especificidades, bem como suas limitações, e que cabe ao profissional identificar formas que possibilitem que cada aluno aprenda tenha ele deficiência ou não.
Mas formada em letras, não se viu capacitada para lecionar em uma sala que tivesse alunos com algumas deficiências. Mas isso não a afastou de seu desejo de proporcionar conhecimento e desenvolvimento para todos os seus alunos. Porém se viu impossibilitada de atender a todos em suas especificidades, buscou assim uma formação específica que apontava a sua própria limitação como docente. Realizou um pós-graduação em Educação Especial, não só por necessidade, mas pela paixão que despertou em sí em contato com esses alunos enxergando possibilidade de desenvolvimento do mesmo que dependeria da sua mediação e para isso precisava aprender.
Desde 2008 vem atuando como professora de Educação Especial em sala SAPE, já trabalhou em outras três escolas da rede do Estado de São Paulo, uma delas com a modalidade do Ensino Fundamental I, no município de Guarulhos, sempre com alunos com deficiência intelectual. Nessas escolas percebeu grandes diferenças em acessibilidade, materiais pedagógicos diferentes em relação à qualidade e quantidade, assim como os espaços da sala.
Segundo Lourenço (2013) toda leitura do mundo considera a individualidade da pessoa, suas vivências acumuladas. Esse processo de recriação do mundo é permeado pela descoberta de si. Os preconceitos são superados, as dificuldades e as potencialidades são essencialmente reconhecidas quando o professor reflete sobre seus posicionamentos, ressignificando-se na articulação entre teoria e prática.

A relação com o outro deve ser reformulada. “Se continuarmos a formar professores que possuam somente um discurso racional acerca do outro. Mas sem a experiência que é do/s outro/s, o panorama continuará obscuro e esses outros seguirão sendo

pensados como anormais” (RODRIGUES, 2006a, p. 32; apud. Lourenço, 2013, p. 64).

Para Lourenço (2013) o professor passa por um processo de construção de si próprio que perpassa a vida dos sujeitos. “Ser professor nos obriga a opções constantes que cruzam nossa maneira de ser com nossa maneira de ensinar e que desvendam a nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser” (NÓVOA, 1992, p. 17). Essa formação não se constrói apenas pela realização de diversos cursos e acúmulo de conhecimentos ou técnicas, mas por um trabalho consolidado na identidade, na experiência pessoal, em um investimento na pessoa do profissional.
A vida do professor e profissão docente são elementos unidos por elos indissociáveis.

“[...] o saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas

relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares, etc" (TARDIF, 2010, p. 11; apud. LOURENÇO, 2013, P. 65).

CONCLUSÃO

As concepções mudaram. As reflexões realizadas sobre a educação inclusiva na Eletiva Educação Especial, política e práticas da Educação Inclusiva e a visita realizada na Sala de Apoio Pedagógico Especializado, dentro de uma escola estadual do município de Guarulhos, possibilitou neste trabalho entender que a educação inclusiva que ocorre na escola, como um todo, ultrapassa os seus muros.

Ao olhar para o aluno com DI percebe-se que não estamos ajudando uma criança, mas proporcionando o seu desenvolvimento cognitivo, e consequentemente possibilitando um adulto mais independente.

Algumas práticas abordadas neste trabalho se confundem com representações destinadas à figura materna e a profissionais reconhecidos como mais capacitados, os psicólogos ou até mesmo psicopedagogos.

Entretanto para que ocorra uma educação inclusiva não podemos esperar da família e muito menos de especialistas que atitudes de mudança

ocorram, e muito menos de políticas públicas, tanto sociais como na educação. O professor de hoje é mais que professor. É importante que tenha um olhar diferenciado para os seus alunos para entender suas especificidades e, assim, melhorar suas práticas, buscar novas metodologias, possibilitando uma mudança de postura e atitudes frente ao aluno com deficiência. Dessa forma, assumindo um papel de mestre educador proporcionando a esses alunos o prazer de aprender, de se reconhecer como capaz, de se sentir pertencente ao meio que vive, socializar, de desenvolver-se intelectualmente e emocionalmente, entre tantas outras possibilidades.

Finalizo este trabalho com a convicção de que quanto mais aprendemos sobre a Educação Inclusiva mais temos que saber sobre suas intenções e práticas para entendê-la. E, principalmente, o que fazer para que ela realmente ocorra no âmbito escolar público e privado, para não seja mais uma forma de exclusão com boas intenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC. Formação Continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Org. [2. ed.] / Distrito Federal–Brasília, 2007. Cap. 1.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

Cristina. Abranches Mota Batista, MariaTeresa Egler Mantoan.

Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf

CIBEC/MEC. Inclusão: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005).- Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006, p.34. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar– O que é? Por quê? Como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. 1. Reimpressão– São Paulo: Summus, 2015. Resolução SE 11 de 31/01/2008-- http://portal.mec.gov.br/programa-maiseducacao/apresentacao?id=16689

. MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm